



Norman Fairclough

Semiose, mediação e ideologia: uma visão dialética

RESUMO

O artigo apresenta como os conceitos de mediação e ideologia se articulam com a Análise Crítica do Discurso (ACD), constituindo-se um recurso teórico e metodológico para as pesquisas sobre mídia, incluindo a imbricação midiática nos processos ideológicos. **Palavras-chave:** semiose; ideologia; mediação.

ABSTRACT

The paper presents how particular conceptualizations of mediation and ideology can be accommodated within a version of critical discourse analysis (CDA), that can constitute a theoretical and methodological resource in researching media, including the imbrication of media in ideological processes.

Keywords: semiosis; ideology; mediation

Norman Fairclough é professor da Universidade de Lancaster, Reino Unido. Autor de livros como "Discurso e Mudança Social".

Versão de publicação "Semiosis, Mediation and Ideology: a dialectical view" in LASSEN, I.; STRUNCK, J.; VERSTERGAARD (org.). *Mediating ideology in text and image: Ten Critical Studies* John Benjamins, 2006, p. 19-35.

Tradução: Ana Flavya Rigolon e Taissa Garcia

Meu objetivo, nesse artigo, é indicar como os conceitos de mediação e ideologia podem ser acomodados particularmente dentro de uma versão da análise crítica do discurso (“ACD” - ver Chiapello & Fairclough, 2002; Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2000; 2001; 2003; Fairclough, Jessop e Sayer, 2002). A versão da ACD que trabalharei aqui é um pouco diferente das minhas publicações anteriores (especialmente Fairclough, 1995). Argumentarei que esta versão da ACD pode constituir um recurso teórico e metodológico nas pesquisas sobre mídia e mediação, incluindo a imbricação da mídia nos processos ideológicos, um recurso que pode mais frutífero se utilizado em combinação com recursos mais estabelecidos nos estudos de mídia. O termo “semiose” no título é usado em preferência ao “discurso” para se referir à linguagem e a outros modos semióticos (por exemplo, imagens visuais) de uma maneira geral, de modo a evitar a confusão comum entre “discurso” (substantivo abstrato) e “discursos” (substantivo contável – *count noun*). Este último será introduzido mais tarde.

Dois exemplos

18 Ao decorrer da minha discussão sobre ideologia, vou me referir a dois textos curtos romenos. O primeiro é um folheto (um pedaço de papel A5 dobrado em dois) que peguei em uma grande loja de móveis (chamada Mobexpert Gallery, de mobila, que significa “móveis”) em Bucareste, em Agosto de 2003. Na frente do folheto se lê: “*intra in Golden Club și Esti privilegiat*” (“Junte-se ao Clube de Ouro e você será privilegiado”), com as primeiras quatro palavras na parte superior da página, e as três últimas na parte inferior, e a imagem da mão de uma mulher cuidadosamente tratada segurando um cartão de membro do Clube de Ouro no meio. O centro do topo da página é retomado com a mão da mesma mulher segurando um vale-presente, e a metade inferior tem um texto onde se lê “*bucura-te de avantajele Golden Club*” (“Aproveite as vantagens do Clube de Ouro”), seguido por uma lista de “vantagens” (vales de oferta, promoções, etc), e a parte de trás do folheto enumera uma série de condições para a adesão ao cartão. O logotipo da loja de móveis aparece duas vezes, junto com “*Esti privilegiat*” (“você é privilegiado”).

O segundo texto foi encontrado em uma visita a um banco em Bucareste também em agosto de 2003. Cerca de um metro à frente da mesa do caixa, havia um aviso em um suporte de leitura: “*Pastrati LIMITA*

de discreție”. A tradução próxima é “Observe o limite da discricção. Agradecemos a você”. Um aviso semelhante no Reino Unido seria algo como “Por favor, respeitem a privacidade dos outros. Obrigado”, embora a minha impressão seja a de que esses anúncios não são usuais no Reino Unido, que as pistas

semióticas são mais mínimas e secretas, por exemplo, uma linha pintada no chão ou algum outro tipo de marcador de fronteira.



As práticas das lojas que emitem cartões de fidelidade são familiares e rotineiras em países “ocidentais” como o Reino Unido. Pode-se ver essas práticas como tendo sido recontextualizadas na Romênia e outros países antigamente socialistas da Europa Central e Oriental durante o curso de uma década de “transição” para o capitalismo. Para cada um dos dois casos, comentarei aspectos do contexto romeno que são relevantes para a natureza do processo de recontextualização.

A Romênia pós-1989 é uma sociedade profundamente desigual, com grandes diferenças de riqueza, renda e recursos entre uma pequena elite que mora principalmente em Bucareste e a grande maioria da população, marcada por privação social e uma considerável pobreza. Pode-se dizer, sem dúvida um tanto reducionista, que há duas Romênias, dois estilos de vida, valores e expectativas associadas radicalmente diferentes (com a ressalva de que os novos valores e práticas “ocidentais” têm permeado os dois, de diferentes maneiras). Somente membros da elite frequentam lojas como *Mobexpert Gallery*. A qualificação para a adesão ao Clube de Ouro está em pelo menos 750 euros gastos em móveis, enquanto o salário médio mensal para funcionários públicos é de cerca de 150 euros. A maioria das pessoas não podia

pagar os móveis vendidos na *Mobexpert*. Para quem é oferecida a possibilidade de ser “privilegiado” como membro do Cartão de Ouro já é o grupo mais privilegiado na sociedade romena. A *Mobexpert Gallery*, a partir dessa perspectiva, é parte de uma rede de espaços onde a elite econômica se move internamente, incluindo, por exemplo, o shopping Bucareste, restaurantes caros, academia, etc, a partir do qual o resto da sociedade romena é excluída pelo preço. A elite econômica não é apenas objetivamente privilegiada por causa de sua posição dentro da sociedade romena, mas ela também parece estar preocupada com sua posição privilegiada, com sua distinção em relação aos outros na sociedade romena, com o seu status como uma elite.

O cartão Clube de Ouro é um cartão de fidelidade, que dá certas “vantagens”, como economizar em compras futuras, e assim por diante. O termo “cartão privilégio” (*privilege card*) às vezes é usado no Reino Unido e nos Estados Unidos – tais cartões são dados a clientes como uma forma de recompensa por sua lealdade. Outros termos como “cartão recompensa” (*reward card*) também são usados. Alguns destes programas parecem interpretar a relação entre o cliente e a empresa como entre um cortesão e um monarca - o último “recompensa” a “lealdade” do primeiro, talvez garantindo “privilégios” em troca da lealdade. Em muitos casos, tais questões controversas, se não representações da relação comercial entre a empresa e o cliente, são mantidas dissimuladas por meio de compostos nominais como cartão de privilégio que deixam o processo verbal e suas relações participantes (“quem está privilegiando quem?”) como questões opacas e vagas. No caso da Romênia, não existe um composto nominal, mas um artigo com um verbo copulativo (*esti, são*) e um adjetivo atributivo derivado do particípio passado de um verbo (*privilegiat, “privilegiado”*). Os ganhos dos clientes por meio da participação em Cartão de Ouro são representados não como privilégios, mas como *avantajele*, vantagens, termo que é muito utilizado na publicidade romena para reduções de preços, ofertas especiais, bons negócios, etc. O que é surpreendente sobre o caso da Romênia, e diferente do material semelhante no Reino Unido por exemplo, não é a presença do conceito de “privilégio”, mas a sua presença como um atributo (“privilegiado”) daqueles que se juntam ao “clube”. O tempo do verbo é significativo: está no tempo presente simples, não no tempo futuro simples – este último seria mais facilmente passível de ser interpretado como uma forma indireta de dizer que o cliente ganhará alguns “privilégios” (por exem-

plo, “vantagens”) como membro. O artigo junto com o tempo verbal presente, ocorrendo três vezes neste curto folheto, constrói os membros do “clube” como transmitindo um status “privilegiado”. Parece haver um apelo para com a preocupação da elite econômica com o privilégio, tanto linguisticamente (construindo a adesão ao clube como “sendo privilegiado”, e como aderindo a um “clube”, o que implica também exclusividade e privilégio) e em termos de semiótica visual (os cuidados tratados na mão da mulher que segura o cartão, e a cor dourada). É oferecida uma assinatura do “clube” não apenas como uma maneira de obter um bom negócio, mas também como um símbolo de status e mostra a distinção para as pessoas que estão preocupadas com tais símbolos e marcadores.

O segundo caso exige algum contexto histórico, especialmente com relação às filas. As filas na Romênia antes de 1989, que muitas vezes permanece ainda hoje, tem sido um acontecimento um tanto anárquico. As pessoas não ficam na fila, sem respeito com quem fica em um lugar, nem com a privacidade dos negócios de um indivíduo como um funcionário ou consultor, mas, ao mesmo tempo, o enfileiramento é um caso comum em que as informações sobre os requisitos e procedimentos oficiais que as organizações muitas vezes não fornecem são compartilhadas e trocadas livremente, e em que as pessoas também compartilham suas histórias de vida, seus problemas e suas ansiedades. Mas o enfileiramento, agora, é radicalmente diferente em determinados contextos. Por exemplo, pessoas nas filas em caixas eletrônicas na rua preservam-na como uma questão de disciplina entre um espaço, a pessoa que usa a máquina e o resto da fila (mesmo muitas vezes não ficando claro se as pessoas estão esperando para usar a máquina ou estão apenas casualmente em pé ao redor). Pode-se tomar o aviso no banco romeno como uma forma de socializar o público ao comportamento de fila “ocidental”. No entanto, dado que as pessoas observam tais práticas de filas sem as instruções em casos como as filas em caixas eletrônicas, parece provável que os clientes no balcão do caixa no banco (que também estariam entre o grupo muito maior de pessoas que usam caixa eletrônico) estariam cientes do que os espera. Talvez, portanto, o aviso tenha tanto a ver com distinção quanto com socialização: se é informacionalmente e pedagogicamente redundante, talvez ele funcione para reafirmar o compromisso comum entre o banco e os seus clientes com práticas e valores de “discricção”, e, portanto, serve tanto como publicidade para o banco quanto como um marcador de distinção para os clientes, uma afirmação da parte do que

os torna diferentes do resto da sociedade romena.

O que foi marcante para mim como uma pessoa de fora foi o foco em observar o limite do poder discricionário na fila em vez da privacidade da pessoa no balcão. Se compararmos o “respeito à privacidade dos outros” com “observar o limite da descrição”, o primeiro dá importância ao que deve ser respeitado (“privacidade” individual), o último com como mostrar respeito (ser “discreto”). Embora os clientes do banco não precisem ser socializados nas práticas “ocidentais” de fila, pode-se ver uma força socializante no aviso – a implicação é que as pessoas têm que ensinar a como respeitar a privacidade dos outros. *Limite*, em romeno, pode ser interpretado tanto como “fronteira” (física) como em termos de (auto-)contenção ou aceitabilidade social e ética, com ambos os sentidos podendo ser vistos como atuais neste caso.

Mediação e Ideologia

Trabalharei a partir da visão de mediação proposta por Silverstone (1999, p. 13) da mediação como “movimento de significados”:

A mediação implica o movimento de significado de um texto para outro, de um discurso para outro, de um evento para outro. Implica a constante transformação de significados em grande e pequena escala, importante e desimportante, à medida que textos da mídia e textos sobre a mídia circulam em forma escrita, oral e audiovisual, e à medida que nós, individual e coletivamente, direta e indiretamente, colaboramos para a sua produção. (...). Os significados mediados circulam em textos primários e secundários, através de intertextualidades infundáveis, na paródia e no pastiche, no constante replay e nos intermináveis discursos, na tela e fora dela, em que nós, como produtores e consumidores, agimos e interagimos, urgentemente procurando compreender o mundo.

Há, aqui, uma série de questões. Primeiramente, como significados passam de um texto para outro, eles estão abertos à transformação. Os significados não circulam simplesmente sem mudanças entre os textos. O movimento de significados envolve tanto a continuidade quanto a mudança e, eu acrescentaria, a quantidade de mudança e continuidade depende da natureza dos eventos e textos para onde os significados mediados se movem. Em segundo lugar, a possibilidade de transformação sugere que esses significados mediados introduzem processos de produção de sentido como parte dos recursos para a produção do significado. Eu prefiro ver o movimento nestes termos – o “movimento de significado” é enganoso, uma

vez que os significados podem ser transformados em movimento, “movimento de recursos para a produção de significado” é melhor. Em terceiro lugar, estes recursos para produção de significado são, ao mesmo tempo, concretos e abstratos, específicos e gerais – o que incluem, por exemplo, as duas representações concretas de eventos específicos da invasão dos Estados Unidos /Reino Unido ao Iraque em reportagens jornalísticas específicas, bem como modos regulares e duráveis de representar tais eventos (“discursos” no sentido que eu darei ao termo mais abaixo). Em quarto lugar, há uma relação entre os textos midiáticos e outros tipos de textos (embora o movimento de recursos para a produção de significado possa ser entre textos midiáticos também). O que diferencia os textos midiáticos de outros tipos de textos? Eu vejo os textos midiáticos como uma classe de textos que são especializados em mover recursos para produção de significado entre textos, e, mais abstratamente, entre diferentes práticas sociais, campos, domínios e escalas da vida social.

As ideologias, em uma primeira formulação (elaborada abaixo), são representações que contribuem para a constituição, a reprodução e a transformação das relações sociais de poder e dominação (“maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”, Thompson, 1974). Há muitos pontos de vista diferentes sobre ideologia (Eagleton, 1991; Larrain, 1989; Thompson, 1974; van Dijk, 1998), mas uma grande divisão é entre os conceitos “críticos” versus os conceitos “descritivos” de ideologia, e o que caracteriza essencialmente os conceitos críticos é que as ideologias são vistas como uma modalidade de poder, uma modalidade que constitui e sustenta relações de poder por meio da produção de consenso ou, pelo menos, aquiescência, poder mais por meio da hegemonia que da violência e da força. A minha visão é a de que uma ciência social crítica, incluindo a ACD, requer um conceito crítico de ideologia e que os conceitos descritivos esvaziam a categoria de sua importância distintiva e seu valor na pesquisa e análise social.

Apresentarei agora, brevemente, a versão da ACD referida acima e, em seguida, discutirei como a visão que esbocei sobre mediação e ideologia que podem ser acomodados dentro da análise.

Análise Crítica do Discurso

A ACD é baseada em uma ontologia social realista (Sayer, 2000), que vê tanto os eventos sociais

concretos quanto as estruturas sociais abstratas como parte da realidade social. Estruturas sociais podem ser concebidas como potencialidades que são seletivamente atualizadas em eventos sociais. A relação entre estruturas sociais e eventos sociais é mediada por práticas sociais, que controlam a atualização seletiva das potencialidades. Esquemáticamente:

Ontologia social / níveis de abstração

Estruturas sociais
Práticas sociais
Eventos sociais

Há uma dimensão semiótica para cada nível de abstração:

Dimensões semióticas:

Estruturas sociais: sistemas semióticos (linguagens)
Práticas sociais: ordens de discurso
Eventos sociais: textos (incluindo conversas, “expressões”)

Os conceitos de sistema semiótico (linguagem) e texto são familiares nos estudos da linguagem e de ordem do discurso é relativamente novo. Ordens do discurso constituem a estruturação social de variação ou diferença semiótica. No nível concreto dos textos, encontra-se, naturalmente, considerável variação semiótica, que não é aleatória, mas socialmente estruturada de acordo com as dimensões semióticas relativamente duráveis e estáveis de práticas sociais, ou seja, ordens de discurso. Uma ordem do discurso é uma configuração específica de discursos, gêneros e estilos (para essas categorias, veja abaixo), que definem um potencial significado distintivo, ou, para colocar de maneira diferente, que constituem recursos distintivos para produção de significado em textos. A relação entre o que é possível semioticamente (como definido pelos sistemas semióticos) e as características semióticas reais de textos é mediada pelas ordens de discurso como mecanismos de filtragem que selecionam algumas possibilidades, mas não outras.

Eventos sociais e textos como elementos semióticos de eventos sociais são moldados por dois conjuntos de poderes causais, compreendendo a causalidade no sentido crítico realista (não-Humeano) que não implique uma regularidade – ou seja, “X” pode ser dito para causar “Y” sem que ocasione uma correlação regular entre “X” e “Y”, porque os efeitos têm múltiplas causas que afetam um ao outro (Sayer 2000, Fairclough, Sayer & Jessop, 2002). Eventos sociais (e

textos) são moldados, por um lado, pelas práticas e estruturas sociais, e, por outro, pelos agentes sociais. Pode-se dizer que os eventos (e textos) são localmente e interacionalmente produzidos por agentes situados, mas de modo que dependem da continuidade das estruturas e práticas (bem como a continuidade – o habitus – das pessoas). Ao mesmo tempo, os textos têm efeitos causais sobre elementos tanto semióticos quanto não-semióticos da vida social – que é como se pode fazer o trabalho ideológico. Em termos da distinção sociológica clássica, tanto a perspectiva do *verstehen* (compreender) como a do *erklären* (explicar) são relevantes para o estudo de textos: os textos são apanhados em processos de produção de significado, mas são também (assim) uma parte dos efeitos causais (incluindo ideológicos) de eventos.

Os textos figuram de três modos principais como parte dos eventos: no agir, no representar e no identificar. Eles são parte da ação (falar ou escrever constituem modos de agir, muitas vezes em conjunto com ação não-semiótica), que simultaneamente representam aspectos do mundo, e eles simultaneamente identificam os atores sociais, contribuem para a constituição de identidades sociais e pessoais. Pode-se comparar isso com conceito de “metafunções” de Halliday, embora as funções específicas (ou melhor, os aspectos do significado) eu distinguiria como diferentes (Halliday, 1994). Quando as pessoas agem, representam, identificam em (textos como parte de) eventos, elas orientam mais ou menos estabelecendo e estabilizando modos de agir, representando e identificando, que são partes de práticas sociais, constituída ao nível das práticas sociais e, portanto, de ordens de discurso, mas também habitus (Bourdieu & Wacquant, 1992). Semioticamente, as distinções são:

Gêneros: modos de agir
Discursos: modos de representação
Estilos: modos de ser

A análise de textos inclui: a) a análise interdiscursiva sobre quais gêneros, discursos e estilos são desenhados e orientados em um texto em particular, e como eles se articulam em conjunto no texto; b) análise linguística (semiótica, pragmática, conversacional) de significados acionais, representações e identificacionais, e sua realização nas formas linguísticas do texto, e como esses significados e as formas compreendem um *mix* interdiscursivo de gêneros, discursos e estilos.

Os eventos não vêm isolados, mas em cadeias interligadas ou, mais vagamente, em redes, que es-

tão em correntes ou redes de textos. Textos também ligam eventos, incluindo os eventos que são removidos no tempo e espaço. Os textos midiáticos têm claramente uma importância especial a este respeito. Os participantes em cadeias ou redes de eventos orientam as formas de encadeamento ou redes que são partes de redes de práticas sociais, incluindo, semioticamente, o que chamei de “cadeias de gênero” (Fairclough, 2003), gêneros que são regularmente e previsivelmente encadeados de forma que significados são movidos e transformados ao longo da cadeia, recontextualizados e transformados em formas regulares de acordo com os princípios de recontextualização. Um exemplo de uma (parte de uma) cadeia de gênero seria a cadeia que liga rotineiramente as declarações governamentais significativas às publicações, coletivas e/ou comunicados de imprensa e reportagens jornalísticas. As cadeias de gênero estão entre as condições de possibilidade semiótica da “globalização” como “ação à distância”, e intensificações e mudanças na globalização estão condicionadas a mudanças neste recurso semiótico.

A ACD tomou emprestada a categoria de “recontextualização” da sociologia da educação de Bernstein (1990; 1996), e procurou operacionalizá-lo na análise do discurso, de fato, recontextualizando-o precisamente, por exemplo, especificando os processos de recontextualização em termos de gênero e cadeias de gênero. As relações de recontextualização envolvem princípios de dispositivos de seletividade e filtragem que controlam seletivamente quais significados (que agora podem ser especificados e diferenciados como quais discursos, gêneros e estilos) são transportados de um campo para outro. Mas também há relações internas no do campo da recontextualização que controlam como os significados são articulados e recontextualizados em relação a significados existentes – ou seja, nos termos acima, quais formas de interdiscursividade ocorrem entre discursos, gêneros e estilos recontextualizados e existentes. Tomando esses pontos juntos, a recontextualização de significados é também a transformação de significados por meio da descontextualização (tomando os significados fora de seus contextos) e da recontextualização (colocando significados em novos contextos). Além disso, a recontextualização deve ser vista como uma dialética de apropriação/ colonização (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Habermas, 1984): a questão de uma abertura para uma presença externa potencialmente colonizadora que é, no entanto, potencialmente apropriada e domesticada.

De modo mais geral, a mudança social (por exem-

plo, as transformações do capitalismo, incluindo a sua globalização, atualmente em curso) inclui mudanças nas práticas sociais e, fundamentalmente, na rede de práticas sociais (campos e domínios sociais). Seguindo Jessop (2000), podemos especificar essas transformações em duas dimensões: reestruturação (a transformação das relações entre os campos e domínios sociais, tais como o campo econômico e campos como a educação ou as artes) e reescalonamento (a transformação das relações entre escalas locais, nacionais, (macro)-regionais e globais da vida social). A “globalização” entendida como um “processo (ou conjunto de processos) que incorpora uma transformação na organização espacial das relações e transações sociais, gerando fluxos transcontinentais e inter-regionais e redes de atividade, interação e exercício do poder” (Held et al, 1999), é uma forma de reescalonamento¹. Mudanças nos gêneros, discursos e estilos, em ordens do discurso, em cadeias de gênero são uma parte irredutível de reestruturação e reescalonamento, e constituem condições semióticas de possibilidade para estas transformações no geral.

A relação entre os elementos semióticos e não-semióticos de eventos sociais, e em um nível mais abstrato, de práticas sociais, é uma relação dialética. Os elementos (incluindo semiose, relações, organizações e instituições sociais, objetos materiais e meios tecnológicos, pessoas com seus sentimentos, crenças e valores) são diferentes, e a diferença entre eles não pode ser redutivamente colapsada. São elementos dialeticamente interconectados, elementos semióticos “internalizam” elementos não-semióticos, e vice-versa (Harvey, 1996).

As transformações sociais na vida social contemporânea são extensivamente “conduzidas pelo discurso”, no sentido de que é discursos são o que mudam primeiro. À medida que novos discursos entram e conseguem saliência ou dominância em campos ou domínios sociais particulares e em diferentes escalas sociais ou, mais concretamente, em organizações particulares, ou são recontextualizados, processos dialéticos podem decorrer de quais discursos são promulgados em modos de agir (por exemplo, novas formas de gestão, novos procedimentos, rotinas etc.)

1 Nós precisamos reconhecer que a globalização é um conjunto complexo de processos que não são mapeados de forma simples, e que tem efeitos desiguais em diferentes países e regiões. A complexidade e a desigualdade são, muitas vezes, perdidas em discursos sobre a globalização que são desenvolvidas e implantadas, muitas vezes retórica e persuasivamente, em conexão com estratégias perseguidas por grupos específicos de agentes sociais.

inculcados nos modos de ser, nas identidades sociais (por exemplo, novas identidades de gestão, como novos tipos de “líder”), e materializados, por exemplo, em um novo espaço, incluindo formas arquitetônicas. A promulgação e a inculcação podem ser não-semióticas, ou seja, envolvendo um movimento dialético entre a semiótica e a não-semiótica, ou “intra-semiótica”: os discursos podem ser promulgados semioticamente como gêneros (assim como processos de fabricação), e inculcados como estilos (bem como novas formas de linhas de corpo - que são, naturalmente semióticas, mas não redutível à semiose).

Esses processos dialéticos, no entanto, não prosseguem na abstração das relações sociais de poder. Ao tomar a recontextualização como uma dialética da colonização e da apropriação, estou sugerindo não só o potencial de luta dentro do contexto recontextualizado para flexionar ou desviar o efeito colonizador por meio de formas de apropriação, mas também o potencial de luta sobre formas de apropriação entre os grupos sociais desenvolvendo estratégias diferentes no contexto recontextualizado, o que pode incluir, por exemplo, lutas pela identidade que são pertinentes para ver se e como um discurso é inculcado em novos modos de ser.

Mediação e Ideologia (novamente)

Vamos voltar às questões da mediação e da ideologia, que foram discutidas de forma preliminar acima, à luz deste breve esboço teórico de uma versão da ACD. Nesses termos, a discussão de Silverstone sobre mediação pode ser vista a partir do foco sugerido na recontextualização. Os processos e as relações de mediação são processos e relações de recontextualização, que envolvem especificamente as relações entre o campo midiático e outros campos sociais, embora essa relação “estrutural” entre campos possa ser, ao mesmo tempo, uma relação “escalar”, por exemplo, quando consideramos a mediação dentro dos processos da globalização (ver a discussão dos casos romenos abaixo). Chouliaraki (1999) propôs que podemos ver o discurso midiático (“discurso” usado em um terceiro sentido, significando o tipo de linguagem utilizado especificamente na mídia), como “um princípio de recontextualização para apropriar outros discursos e trazê-los para uma relação especial uns com os outros para efeitos da sua disseminação e consumo de massa”. Nós também podemos ver textos midiáticos, por sua vez, sendo recontextualizados de acordo com princípios de recontextualização especí-

ficos, por exemplo, no governo, na conversação cotidiana, e assim por diante. Essas relações são vistas como o alcance, em termos de Bourdieu (Bourdieu & Wacquant, 1992), entre campos sociais, ou redes relativamente estáveis e duráveis de práticas sociais (ver abaixo), em vez de apenas “discursos”. Chouliaraki (1999, p. 41) afirma que cada gênero tem seu próprio princípio de recontextualização, que se apropria e reconstitui discursos. (Chouliaraki, 1999, p. 41). Eu assumirei que os princípios de recontextualização vinculam os campos sociais (concebidos como redes de práticas sociais) à mídia, cujo momento semiótico/discursivo é da ordem de discurso, embora a diversidade midiática – imprensa escrita, mídias audiovisuais, mídias eletrônicas – implique um conjunto de princípios de recontextualização conectados ao invés de um unitário. Os princípios de recontextualização são realizados nos gêneros, concebidos como dispositivos reguladores (Chouliaraki), “distribuindo sistematicamente formas de controle” (Threadgold, 1989).

Como indicado acima, a recontextualização e também a mediação podem envolver fluxos de discursos, gêneros e estilos entre áreas. No caso da mediação/recontextualização de significados representacionais – discursos – a minha discussão acima sobre relações dialéticas implica que os discursos são abertos a processos dialéticos de encenação, inculcação e materialização, incluindo encenações ‘intra-semióticas’ e inculcação como gêneros e estilos.

Os processos de recontextualização, incluindo os processos de mediação, podem ser processos ideológicos. Bernstein coloca nestes termos o movimento dos discursos em recontextualização: “toda vez que um discurso se move, há espaço para a ideologia atuar” (Bernstein, 1996, p. 26) Bernstein está certo em focar na importância primária do movimento de discursos cruzando contextos, áreas e práticas sociais, escalas no trabalho de representação ideológica. Um discurso descontextualizado de sua relação dialética com outros elementos de uma área ou rede de práticas sociais se torna imaginário, frequentemente funcionando de uma forma metafórica na re-imaginação de aspectos do campo ou práticas que são recontextualizadas (a re-imaginação das relações acadêmicas-estudantis na educação de nível superior como relações consumidor-produtor), e claramente abertas à encenação, inculcação e materialização. As instituições midiáticas e os processos de mediação são claramente cruciais nestes processos ideológicos.

A ideologia é, primeiramente, uma relação entre significado (e também textos) e relações sociais de

poder e dominação. É uma modalidade de poder (sendo a outra a força física). E ideologia é, primeiramente, uma questão de representação. Nós podemos chamar discursos de “ideológicos” onde a análise social plausivelmente mostra a relação entre seus significados (modos de representar) e relações sociais de poder. Na medida em que discursos são ideológicos, suas internalizações dialéticas semióticas e não-semióticas em modos de agir e modos de ser (decreto, inculcação), da mesma forma que suas materializações na palavra física, são também uma internalização de ideologia. Então, se a ideologia é, primeiramente, representação (discursos), ela é, em segundo lugar, a) ação e suas relações sociais (e gêneros); b) pessoas/temas (e estilos), tanto quanto; c) o mundo material. Além do mais, se a ideologia é, primeiro, uma relação entre textos (na construção de significados), e poder, ela é, em segundo, a relação entre ordens de discurso e poder, e até linguagens e poder, porque os significados adquirem relativa estabilidade e durabilidade em práticas e estruturas sociais. A “recontextualização” de discursos (por exemplo, nos processos de mediação) pode constituir significado como uma modalidade das relações de poder através das redes de práticas sociais (relações estruturais entre campos, relações escalares entre local, nacional, regional, “global”) e pode ser ideológica. A contribuição específica da análise de discurso para a análise ideológica é: a) identificar discursos, e suas atualizações linguísticas; b) traçar a textura das relações entre discursos; c) traçar a dialética “interna” (para semiose) entre discursos, gêneros e estilos; d) traçar a recontextualização dos discursos (gêneros e estilos) cruzando as barreiras estruturais e escalais. Isso por si só não nos diz se estamos lidando com ideologia. Para isso, são requeridas outras formas de análise social que explorem: a) os efeitos causais da semiose (mudando organizações, pessoas, etc), b) a relação de tudo isso com relações de poder, dominação, luta e resistência. A dialética “externa” do discurso.

Dois casos romenos

Os dois casos romenos introduzidos anteriormente são casos de mediação, por meio da impressão, e dos gêneros midiáticos da publicidade por folheto e aviso público. Os recursos para a produção de significados podem ser vistos como se movendo do domínio de organizações comerciais para o domínio do consumo e, potencialmente, para o mundo da experiência mundana e vivenciada, o mundo-da-vida. Mas o que

é também claramente uma questão se considerarmos tais casos cumulativamente no período desde 1989 é um movimento que atravessa escalas, uma ‘re-escala’, recontextualizando recursos para a produção de significados que já estão estabelecidos, a um grau harmonizado de escala internacional para outra escala nacional, incorporando uma parte da vida social romena a uma escala internacional, contribuindo para uma complexidade escalar contemporânea da sociedade romena (onde elementos internacionais, nacionais e locais coexistem na articulação complexa e contraditória entre eles). Esses processos podem ser subsumidos abaixo da “globalização”.

Mas a recontextualização foi compreendida anteriormente a partir da dialética da colonização e da apropriação. Casos deste tipo podem ser facilmente vistos e muitas vezes são vistos simplesmente como casos de colonização de significados, práticas, discursos etc. sendo impostos a partir dos centros do capitalismo para as periferias transicionais. Mas nas minhas anotações iniciais sobre os dois casos, comecei a indicar como estes recursos para produção de significados vem sendo apropriado dentro de relações sociais e de poder específicas e das dinâmicas sociais da sociedade romena e, em particular, como são apropriados como recursos no âmbito das estratégias de distinção da elite econômica. Isto não é sugerir que apenas as elites econômicas são afetadas por tais práticas “ocidentais” – em última análise, há uma aspiração em, talvez, a maioria da população, e isso, sem dúvida, é apropriado dizer para as diferentes estratégias, incluindo estratégias de distinção (como uma intensa preocupação com a distinção parece ser uma característica geral da sociedade romena) em outro lugar. Também pode haver resistência, embora se houver resistência na Romênia, parece ser uma resistência relativamente dissimulada, pois não parece chegar ao espaço público. Seja como for, qualquer abordagem sobre recontextualização, nesses casos, tem que se referir, nos termos introduzidos anteriormente, aos “poderes causais” de agentes sociais, suas ações e estratégias apropriadas (especificação que diz respeito a como campos particulares contribuem também para especificar os princípios de recontextualização de acordo com o qual a recontextualização ocorre), bem como às mudanças na estrutura implicadas no conceito de “re-escala”, e também, no nível das práticas sociais, à mudança emergente nas ordens de discurso na Romênia.

O momento de apropriação nos processos de recontextualização pode ser explorado analiticamente por meio de análise interdiscursiva de como os signi-

ficados recontextualizados são articuladas em textos com significados já existentes. Quando me deparei com os dois casos romenos, eu os achei, ao mesmo tempo, familiares e transparentes à luz das práticas no Reino Unido e em outros lugares, e ainda, em alguns aspectos, opacos e intrigantes, especificamente a representação de membros da *Golden Club* por fazer as pessoas “privilegiadas”, e a observação do “limite de descrição”. Essa experiência de opacidade por parte de um *outsider* cultural é um indicativo para um hibridismo interdiscursivo: elementos familiares recontextualizados são articulados em conjunto com elementos desconhecidos nestes casos.

Um tema de destaque no debate público sobre as alterações e a “transição” na Romênia tem sido a “mudança de mentalidades”. É, muitas vezes, argumentado por intelectuais e políticos que as mudanças na “mentalidade” do romeno são necessárias para a mudança social substantiva, e para uma boa integração da Romênia ao capitalismo “ocidental”. Este foco na “mentalidade” parece ter sido introduzido na esfera pública e na vida social por intelectuais influenciados pela tradição francesa de pesquisa sobre “mentalidade” (o antropólogo cultural Lévy-Bruhl e o historiador Braudel são figuras importantes nessa tradição). Debates semelhantes no Reino Unido, por exemplo, apresentam aspectos “subjativos” das mudanças mais como mudanças na “cultura” ou nas “atitudes” (por exemplo, na promoção de uma “cultura empresarial” pelo governo Thatcher na década de 1980 – Fairclough, 1990). Aspectos problemáticos da “mentalidade” romena são frequentemente atribuídos ao legado do comunismo. A mudança nas ‘mentalidades’ é ligada a várias áreas da vida social: trabalho, negócios, educação e ensino, relações de gênero e relações pai/filho na família, direitos humanos dos homossexuais e das minorias, especialmente os ciganos. Este modo de representar os aspectos “subjativos” sobre a mudança tornou-se um elemento dos discursos dominantes sobre mudança e transição no debate intelectual e político, mas também estendido a diversas áreas sociais e para o “mundo-da-vida” da vivência e experiência cotidiana. Uma indicação das últimas discussões sobre mudanças na Romênia em fóruns de jogos de computador na internet: frequentemente se referem à necessidade de mudança, ou à dificuldade de mudar as “mentalidades”. Ambos os casos podem ser vistos em termos destes debates sobre “mudanças de mentalidades” como secretamente projetando mentalidades “ocidentais”. E um aspecto de recontextualização que se mostra como um hibridismo interdiscursivo é a articulação de discursos e práticas

“ocidentais” recontextualizados com este modo de representar distintivamente romeno aspectos “subjativos” da mudança em discursos sobre mudança e “transição”

Eu me referi anteriormente ao que é recontextualizado como “práticas”, as práticas do “cartão de fidelidade” e da distância espacial discricionária em certos tipos de filas. O referencial teórico esboçado acima nos aponta para outra questão: o que são essas práticas, esses rituais, esses modos de agir e interagir, uma encenação de que? Há um discurso ou discursos, aqui que, embora não sendo enunciada como tal nesses casos, ainda sim, está por trás deles, informando-os, tornando-os encenados? Quando meu amigo romeno e eu encontramos os dois casos, nós os enxergamos como presenças do “individualismo ocidental”. Poderíamos dizer que “por trás” das práticas, encenadas como as práticas, há discursos do indivíduo, da sociedade como composta por indivíduos aquisitivos e competitivos em busca de suas próprias vantagens materiais e simbólicas, de indivíduos dotados de certos direitos à privacidade e autonomia. No primeiro caso, o discurso do “individualismo competitivo” é promulgado na prática do “cartão de fidelidade”, e inculcado nas identidades dos membros da elite econômica que buscam vantagem competitiva em relação a ambos os bens materiais e simbólicos por meio da adesão ao “clube”. Pode-se acrescentar que se materializa no próprio cartão personalizado, tecnologicamente sofisticado (como um apoiador do cartão ironicamente me disse: “Isso faz-me sentir importante”). No segundo caso, o discurso da autonomia individual é promulgado na prática da preservação do “limite de descrição”, inculcada em indivíduos que foram tomados por valores e comportamentos de privacidade e “discrição”, e materializados na organização do espaço do banco, incluindo a colocação de um estande com o aviso com uma distância a partir do balcão. Assim, os processos dialéticos aos quais me referi acima estão em evidência em ambos os casos.

No que diz respeito à ideologia e aos processos ideológicos, a centralidade das ideologias individualistas em relação à natureza e ao funcionamento do capitalismo contemporâneo é amplamente reconhecida. Valores, ideias e práticas de um individualismo (autônomo, auto-regulado, competitivo, etc.)² podem ser julgados ideológicos no sentido de que esses

E como já foi afirmado, não só os discursos, mas também os modos de agir, incluindo gêneros, modos de ser, incluindo estilos e formas materiais que são dialeticamente internalizadas.

modos de ser e de ver o “eu” e os “outros” são condições de possibilidade para a operação do sistema capitalista (em termos de motivações para adquirir e consumir, práticas de trabalho inovadoras baseadas na auto-regulação de funcionários, e assim por diante) e para sustentar as relações sociais e de poder do capitalismo, e no sentido de que eles constituem o não-reconhecimento dos antagonismos e contradições do sistema. A esse respeito, a recontextualização desses valores, crenças e práticas internacionais na Romênia constitui uma parte não desprezível da incorporação da Romênia nas estruturas e relações de poder do capitalismo internacional, e é nesse sentido um processo ideológico de re-escala. Isso está contra o *background* não só do compromisso oficial com o coletivismo e o igualitarismo antes de 1989, mas também do colapso prático desse compromisso em uma forma de individualismo, que está em desacordo com as virtudes individualistas promovidas pelo capitalista contemporâneo – um individualismo “dependente” onde as pessoas eram totalmente dependentes do Estado, mas ainda perseguindo egoisticamente seus próprios interesses individuais sem nenhum senso de responsabilidade comunitária (Barbu, 1999; Poznanski, 2000).

26 Mas há uma orquestração mais complexa de escala: a ligação em conjunto das relações de poder em níveis nacional e internacional (assim como a nível local, em particular, localidades, organizações, instituições, embora eu não tenha discutido este assunto), em que os mesmos valores, representações, práticas e identidades podem simultaneamente funcionar ideologicamente na divulgação do novo capitalismo (e suas políticas “neoliberais”) como “o único show na cidade”, e ainda fazer o trabalho ideológico de uma caracterização diferente com respeito à dinâmica social e às relações de poder em escalas nacionais e locais. No caso da Romênia, práticas e valores que trabalham ideologicamente para inculcar assuntos na economia capitalista “global” e, assim, contribuir para uma hegemonia global expansiva e emergente, e também trabalhando na busca de estratégias de distinção, o que pode ser julgado ideológico no sentido de que se deixa de reconhecer relações cruas de poder econômico e financeiro no “capitalismo selvagem” da Romênia contemporânea como relações de distinção (por exemplo, “sabemos como nos comportar em filas, eles não”), permitindo a racionalização das diferenças brutas de riqueza e poder que, muitas vezes, surgiram por meio de práticas comerciais agressivas e até mesmo corruptas e exploração em termos do que são amplamente consideradas como diferenças

inerentes (ou até mesmo genéticas) entre as pessoas na inteligência e na civilização, e assim, deixando de reconhecer os antagonismos e contradições do surgimento anárquico do capitalismo na Romênia. Ao mesmo tempo, a importação ideológica de elementos recontextualizados é flexionada pelo foco romeno sobre a “mudanças das mentalidades” no que diz respeito aos aspectos “subjetivos” dessa mudança. Na medida em que a falha da mudança da Romênia para o capitalismo em produzir melhorias substanciais na condição da maioria dos romenos é atribuída a problemas de “mentalidade” e sua incapacidade para “mudar mentalidades”, esse modo de representar o aspecto “subjetivo” da mudança pode ser visto como um elemento ideológico potente.

Referências

- BARBU, D. *Republica absentia*. Bucharest: Editura Nemira, 1999.
- BERNSTEIN, B. *The Structuring of Pedagogical Discourse*. London: Routledge, 1990
- _____. *Pedagogy, Symbolic Control and Identity*. London: Taylor & Francis, 1996.
- BOURDIEU, P; WACQUANT, L. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- CHOULIARAKI, L. Media discourse and nationality: death and myth in a news broadcast. In: WODAK, R.; LUDWIG, C. (org.). *Challenges in a Changing World: Issues in Critical Discourse Analysis* Passagen Verlag, 1999.
- CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity*. Edinburgh University Press, 1999.
- EAGLETON, T. *Ideology*. London: Verso, 1999
- FAIRCLOUGH, N. What might we mean by ‘enterprise discourse’?. In: KEAT, R; ABERCROMBIE, N. (org.) *Enterprise Culture*. London: Routledge, 1990: 38-57.
- _____. *Media Discourse*. London: Edward Arnold, 1995.
- _____. *Discourse, social theory, and social research: the discourse of welfare reform* *Journal of Sociolinguistics* 4.2, 2000a
- _____. *New Labour, New Language?* London: Routledge, 2000b
- _____. The dialectics of discourse. *Textus XI* V.2 2001, pages 3-10.
- _____. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge, 2003
- _____. et al. Critical realism and semiosis, *Journal of Critical Realism* 5.1, 2002.
- HABERMAS, J. *Theory of Communicative Action v1*. London: Heinemann, 1984
- HALLIDAY, M. *An Introduction to Functional Grammar*. 2nd ed Edward Arnold, 1994.
- HARVEY, D. *Justice, Nature and the Geography of Difference*. London: Blackwell, 1996.

- HELD, D et al.. *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- JESSOP, R. “The crisis of the national spatio-temporal fix and the ecological dominance of globalising capitalism” *International Journal of Urban and Regional Research* 24.2, 2000, 323-360
- LARRAIN, J. *The Concept of ideology*. Hutchinson, 1989.
- POZNANASKI, K. the morals of transition: decline of public interest and runaway reforms in eastern Europe, in S Antohi & V Tismaneanu (eds) *Between Past and Future: The Revolutions of 1989 and their Aftermath Budapest: CEU .Press*, 2000.
- SALSKOV-IVERSEN, D. et al) *Governmentality, globalization and local practice: transformations in a hegemonic discourse* *Alternatives* 25, 2000.
- SAYER, A. *Realism and Social Science*. London: Sage, 2000.
- SILVERSTONE, R. *Why Study the Media?* London: Sage, 1999.
- THOMPSON, J. *Studies in the Theory of Ideology*. Polity Press, 1974.
- THREADGOLD, T. *Talking about genre: ideologies and incompatible discourses* *Cultural Studies* 3.1, 1999.
- VAN DIJK, T. *Ideology: an interdisciplinary approach*. London: Sage, 1998.

*Recebido em 22 de setembro de 2015.

*Aprovado em 18 de outubro de 2015.